

REFLEXÕES SOBRE A DIMENSÃO TRANSNACIONAL DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS E A *GRUNDNORM* INGLESA

Handel Martins Dias*

INTRODUÇÃO

Hodiernamente, os direitos fundamentais podem ser considerados sob várias perspectivas. Podem ser vistos enquanto direitos de todos os homens, não obstante tempos e lugares — perspectiva filosófica ou jusnaturalista; sob o aspecto de direitos dos homens em um resolutivo tempo e lugar — perspectiva estadual ou constitucional; ou ainda como direitos de todos os homens em um tempo determinado, em todos os lugares ou, pelo menos, em extensas regiões do mundo — perspectiva internacionalista ou universalista¹.

A despeito de ser ulterior a dimensão universalista dos direitos fundamentais é a que mais destaque experimenta nos dias de hoje. Com o término da Guerra Fria, o mundo dividido passou a ter sua paisagem profundamente alterada, fortalecendo-se os grandes blocos regionais. Nessa nova ordem internacional, apresentam-se curiais normas e princípios para regular não tão-somente as relações entre Estados, mas qualquer relação que importe às comunidades internacionais, inclusive as concernentes à proteção de determinados direitos fundamentais (Parte I).

A nova cena mundial e a consagração da idéia de que a proteção de determinados direitos fundamentais é questão de direito internacional implicaram, e ainda implicam, fortes repercussões nos sistemas institucionais dos Estados. Na Inglaterra, onde desde a *Glorious Revolution* a supremacia parlamentar se enraizou como preceito político², a esposada imunidade da lei tem sofrido temperamentos, aceitando a revisão judicial como instrumento de proteção dos direitos fundamentais

* Advogado, Mestrando em Direito na UFRGS

¹ Cf. José Carlos Vieira de Andrade, *Os direitos fundamentais na Constituição Portuguesa de 1976*. 2. ed. Coimbra: Almedina, 2001, p. 13-47. Sobre o tema da proteção internacional dos direitos fundamentais, vide Alcalá-Zamora, *La protección procesal internacional de los derechos humanos*, 1975; Antônio Augusto Cançado Trindade, *Las cláusulas petreas de la protección internacional del ser humano: el acceso directo a la justicia internacional y la intangibilidad de la jurisdicción obligatoria de los tribunales internacionales de derechos humanos*, in *O direito internacional em um mundo em transformação*. Rio de Janeiro, p. 411-476, 2002; Castán Tobeñas, *Los derechos del hombre*, 1976; Karel Vasak, *As dimensões internacionais dos direitos do homem*, 1 1983; Oliveiros Lessa Litrento, *O problema internacional dos direitos humanos*, 1973; e Mauro Cappelletti, *Giustizia costituzionale sopranazionale: il controllo giudiziario delle leggi e la giurisdizione delle libertà a livello internazionale*, in *Rivista di Diritto Processuale Civile*, Padova, n. 1, p. 01-32, 1978.

² Gustavo Zagrebelsky, *El derecho dúctil: ley, derechos e justicia*. Madrid: Trotta, 1995, p. 58, destaca que, na Inglaterra, a progressiva transformação da *rule of Law* em *Sovereignty of Parliament* ensejou problemas árduos que reclamaram interpretação, análise e capacidade argumentativa ao objetivo de *inserir* a vontade positiva do legislador no contexto mais geral da *Common Law*. Em qualquer caso, no entanto, a autonomia dos tribunais estava destinada a diminuir em proporção direta ao fortalecimento da soberania parlamentar.

(Parte II).

Em suma, sobre a dimensão transnacional dos direitos fundamentais³ e a relativização havida na *Grundnorm* inglesa, especialmente no aspecto tangente à proteção judicial dos direitos fundamentais, esclarece-se, desenvolver-se-á o presente ensaio.

1 A DIMENSÃO INTERNACIONALISTA DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS

Em um contexto de subsistência do dogma da soberania do Estado, isto levaria a que se não concebesse senão uma proteção interna dos direitos fundamentais. Mas quando o Estado rompe as barreiras jurídicas de limitação e se converte em fim de si mesmo e quando a soberania entra em crise, perante a multiplicação das interdependências e das formas de institucionalização da comunidade internacional, toma-se possível reforçar e, se necessário, substituir, em parte, o sistema de proteção interna por vários sistemas de proteção internacional dos valores jurídicos fundamentais⁴.

Conquanto já no tempo da Sociedade das Nações se tivesse revelado a necessidade de garantir internacionalmente certos direitos fundamentais de grupos minoritários, religiosos, culturais ou racionais, somente com a experiência da II Guerra Mundial e dos governos totalitários sentiu-se mais intensamente a necessidade de se criar mecanismos jurídicos aptos a protegê-los⁵. A guarida em nível de comunidade internacional desenvolveu-se notadamente a partir da nova ordem social, em que se tirara proveito dos laços internacionais então formados para que se declarasse um certo núcleo fundamental de direitos internacionais do homem (item i).

Na Europa, onde surgiram projetos de unificação, a proteção dos direitos

³ Havendo polémica no tocante ao uso das expressões *direitos humanos* e *direitos fundamentais*, convém posicionar-se relativamente à terminologia. Empregar-se-á neste ensaio tão-somente a expressão *direitos fundamentais*, a despeito de ser aquela considerada por parcela significativa da doutrina como a relativa aos direitos positivados no plano internacional. Com acerto, logo Wolfgang SARLET, Os direitos fundamentais e sua eficácia na ordem constitucional, *A Constituição concretizada*, Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2000, p. 365-367, pugna que, além de todos os direitos serem em última análise da pessoa humana, tanto os ditos direitos fundamentais quanto os humanos são fundamentais. E é justamente a sua *fundamentalidade* que os distingue dos demais direitos, todos humanos, mas não necessariamente fundamentais.

⁴ 4 Cf. Jorge Miranda, *Manual de direito constitucional*, tomo IV — Direitos Fundamentais. Coimbra: Coimbra Editora, 1988, p. 30. Robert ALEXY, Colisão de direitos fundamentais e realização de direitos no Estado de direito democrático, in *Revista de Direito Administrativo*, Rio de Janeiro, v. 2 17, 1999, p. 67, sustenta que os direitos fundamentais rompem, por razões de ordem substancial, o quadro nacional, tendo validade universal, independentemente de positivação. Segundo Norberto BOBBIO, *A era dos direitos*. Rio de Janeiro: Campos, 1992, p. 30, os direitos do homem nascem como direitos naturais universais, desenvolvem-se como direitos positivos particulares, para finalmente encontrarem sua plena realização como direitos positivos universais.

⁵ Cf. José Carlos Vieira de Andrade, ob. cit., p. 23. Para Castán Tobeñas, ob. cit., p. 108, “las garantías internas que los Estados conceden a los derechos humanos son insuficientes y con frecuencia inútiles, porque son los propios Estados los que muchas veces resultan culpables de las mayores violaciones de tales derechos. Si el problema de los llamados derechos del hombre nace en la relación del hombre con el Estado, es necesario que esté por encima de las comunidades políticas la salvaguardia y protección de los repetidos derechos”. Sobre os antecedentes e primeiros documentos de proteção dos direitos fundamentais da nova universalidade, vide Enrique LEWANDOWSKI, Proteção dos direitos humanos na ordem interna e internacional, 1984. Acerca das dimensões dos direitos fundamentais e sua importância nas etapas de sua positivação na esfera constitucional e internacional, vide Ingo Wolfgang SARLET, A eficácia dos direitos fundamentais, 2001.

fundamentais mereceu sempre uma atenção distinta, malgrado guardassem os tratados instituidores — a Convenção Européia para a Proteção dos Direitos do Homem, de 1950, e a Carta Social Européia, de 1961 — caráter eminentemente econômico. O sistema regional europeu, ao instituir uma justiça transnacional, mediante criação de órgãos com jurisdição para decidir acerca da aplicação e interpretação de sua Convenção, trouxe um notável avanço para a salvaguarda dos direitos fundamentais na esfera internacional (item II).

1.1 A origem e o desenvolvimento

A despeito de já existir algum clamor anteriormente à II Guerra Mundial, foi tão-somente com o seu advento e a experiência dos regimes totalitários que se sentiu de forma mais veemente a necessidade de proteger-se os direitos fundamentais em um nível transnacional⁶. Até esse momento, o indivíduo sempre foi considerado estranho ao processo dialético-nomativo do direito internacional⁷.

No curso da II Guerra Mundial, os países aliados, que lutavam contra as potências do Eixo (Alemanha, Itália e Japão), discutiram e elaboraram o projeto de uma nova organização internacional, cuja finalidade era a de consolidar um relacionamento mais estável entre os Estados. Essas tratativas culminaram em 1945 na assinatura da Carta da Organização das Nações Unidas — ONU⁸. Embora tenha representado um avanço valioso, na medida em que referia direitos e liberdades fundamentais, não se afigurou eficiente. Isso porque a intervenção da ONU nunca foi no sentido de impor responsabilidades internacionais aos Estados, senão de promover, estimular, auxiliar e recomendar o respeito aos direitos fundamentais.

Ante a precisão de garantir-se eficazmente em nível internacional esses direitos e liberdade, sobrevieram a Declaração Universal dos Direitos do Homem⁹, assinada

⁶ Gustavo Zagrebelsky, ob. cit. p. 65-66, sublinha o descrédito em que caiu a idéia hegeliana “total” de Estado após a II Guerra Mundial e a necessidade de se refundarem instituições constitucionais depois do totalitarismo fascista e nacional-socialista. Refere que os direitos representam um ponto de encontro das transformações constitucionais que seguiram à queda dos totalitarismos, tanto de esquerda como de direita, bem como que o renascimento dos direitos do homem não representam a vitória do direito natural sobre seu adversário histórico, o positivismo jurídico.

⁷ Esposa J. J. Gomes Canotilho, *Direito constitucional e teoria da constituição*. 2. ed. Coimbra: Almedina, 1998, p. 472-473, que a introdução dos *standards* dos direitos do homem no direito internacional obrigou ao desenvolvimento de um direito internacional individualmente referenciado. Desenvolveu-se, para além da proteção diplomática e da proteção humanitária, uma teoria jurídico-contratual internacional da justiça, tendo por objetivo alicerçar uma nova dimensão de vinculatividade na proteção dos direitos do homem.

⁸ Ainda antes da elaboração da Carta da ONU, surgiram documentos expressando essa idéia de uma paz duradoura e estável, com base em um sistema de segurança garantido por todos os Estados, tais como a Declaração Interaliada (1941), a Carta do Atlântico (1941) e a Declaração das Nações Unidas (1942). Nas Conferências de Moscou e Teerã, ambas de 1943, consolidou-se a idéia de formação de uma organização internacional responsável pela manutenção da paz. A Conferência de Dumbarton Oaks, de 1944, destinou-se a elaborar a estrutura da nova organização.

⁹ A Declaração Universal dos Direitos Humanos firmou-se como o mais importante documento do século XX. Consolidou — contra o subjetivismo ético e a pretensa neutralidade do pensamento positivista — um valor fundamental, universal e objetivo: a pessoa humana e o reconhecimento da dignidade inerente a todos os membros da família humana. Norberto BOBBIO, *Das Zeitalter der Menschenrechte Berlin, 1998*, qualificou a Declaração Universal como a “maior prova histórica para o ‘consensus omnium gentium’ com respeito a um sistema de valores determinado”, *apud* Robert ALEXY, *Direitos fundamentais no Estado Constitucional Democrático, Revista da Faculdade de Direito da UFRGS*, Porto Alegre, v. 16, p. 203-214, 1999.

em Paris em 1948, e, em 1966, os Pactos Internacionais¹⁰. Não obstante a instituição de um sistema global¹¹, sistemas e acordos regionais passaram a ser estabelecidos com vistas à defesa dos direitos fundamentais¹². Ainda em 1948 os Estados Americanos elaboraram a sua Declaração de Direitos, posto que implementada somente em 1959. A Carta da Organização dos Estados Americanos (OEA) findou culminando na Convenção Americana dos Direitos do Homem, assinada em 1969, em São José da Costa Rica¹³.

Também os países africanos envidaram esforços no sentido de conferir proteção em nível internacional aos direitos fundamentais, assinando em 1981, em Nairóbi, a Carta Africana dos Direitos dos Homens e dos Povos¹⁴. Os países árabes, no âmbito da sua Liga, aprovaram em 1994, em sequência à Declaração de Direitos no Islão, a Carta Árabe de Direitos Humanos¹⁵. Os países asiáticos, por sua vez, ainda que possuam catálogos constitucionais de direitos fundamentais semanticamente

¹⁰ Para Alcalá-Zamora y Castilho, ob. cit. p. 1 5, “*ni la Carta de San Francisco, ni las Declaraciones de 1948, ni siquiera los Pactos y Convenciones posteriores, brindarían, protección adecuada a los derechos humanos en el plano internacional. si careciesen, del mecanismo jurisdiccional y del instrumento procesal para sancionar las violaciones de los mismos*”.

¹¹ Por sistema global deve-se entender a atual estrutura da Organização das Nações Unidas concernente à guarida dos direitos fundamentais. A Comissão de Direitos Humanos constitui seu principal órgão, estando subordinado ao Conselho Econômico e Social, que elege, para mandatos de três anos, integrantes de 53 países. A Comissão de Direitos Humanos tem sua previsão legal constante nos arts. 55, alínea e, e 56 da Carta das Nações Unidas, fundando-se em um compromisso de cooperação internacional entre os Estados-Membros da ONU, a fim de que se proceda à promoção universal dos direitos fundamentais. E, portanto, um órgão de natureza essencialmente política, não possuindo competência judicial e tampouco atendendo a casos individuais, à exceção das recomendações de relatórios especiais que possam ocorrer. Em suma, o sistema global tem como objetivos primordiais o estabelecimento de parâmetros universais e o controle de sua observância na prática dos Estados, o que é plausível em face da dificuldade diante das mais diversas culturas, ordenamentos jurídicos e sistemas políticos.

¹² Ao contrário do sistema global, os sistema regionais vão se caracterizar por uma abrangência em termos geográficos mais restrita, maior homogeneidade entre seus membros e, conseqüentemente, semelhança de sistemas jurídico-políticos, que acabam por se tornarem mecanismos de proteção mais eficazes em relação aos constantes do sistema da ONU.

¹³ A Organização dos Estados Americanos tem 35 membros, compreendendo todos os Estados soberanos das Américas. O sistema interamericano de direitos fundamentais está estruturado basicamente em dois órgãos que compõem a estrutura da OEA: a Comissão Interamericana de Direitos Humanos, com sede em Washington DC, e a Corte Interamericana de Direitos Humanos, com sede em San José, na Costa Rica. Sobre o assunto, vide o *site* <<http://www.cidh.oas.org>>; Thomas Buergenthal e Dinah Shelton, *Protecting human rights in the Americas*, 1995; Antônio Augusto Cançado Trindade, *Sistema interamericano de proteção dos direitos humanos*, disponível em: <<http://www.dhnet.org.br/index.htm>>.

¹⁴ A Carta de Banjul, como também é conhecida a Carta Africana dos Direitos do Homem e dos Povos, foi adotada pela Organização para a Unidade Africana. Além de estabelecer direitos específicos dos povos da África, tais como o da solidariedade contra a dominação estrangeira e preservação de valores africanos, estabeleceu uma Comissão Africana de Direitos dos Homens e dos Povos. A Carta consolidou o terceiro sistema regional de proteção internacional dos direitos fundamentais, constituindo um marco, tanto em nível global quanto regional, com vistas à promoção e ao respeito dos direitos fundamentais, conquanto encontre o sistema africano obstáculos de ordem histórica, política, estrutural e jurídica que comprometem a sua eficácia. Sobre o desenvolvimento da proteção dos direitos fundamentais na África, vide Valère Eteka Yemet, *La Charte africaine des droits de l'homme et des peuples*, Paris, 1996; Kéba M'Baye, A Organização de Unidade Africana, in *As dimensões internacionais dos direitos do homem*, Manual Unesco, Lisboa, p. 615-633, 1983; Birame Ndiaye, Lugar dos direitos do homem na Carta da Organização de Unidade Africana, in *As dimensões internacionais dos direitos do homem*, Manual Unesco, Lisboa, p. 633-648, 1983.

¹⁵ A Liga Árabe entrou em vigor em 1952, tendo formalmente estabelecido um acordo regional no sentido do Capítulo VIII da Carta das Nações Unidas. A Liga tem objetivos amplos, sendo o principal o de coordenar o programa político dos membros de modo a efetivar colaboração real e efetiva entre si para preservar sua independência e soberania.

semelhantes aos do Ocidente, têm apresentado uma falta de unidade regional nesse particular, resistindo à ideia de elaborar um documento internacional¹⁶.

Na Europa, a salvaguarda dos direitos fundamentais sempre mereceu uma atenção bastante especial, mormente em razão de seu escopo em estabelecer instituições supra-estaduais¹⁷. A toda a evidência, é hoje o continente que apresenta mais evoluído sistema regional de proteção dos direitos fundamentais, ostentando uma efetiva justiça transnacional nesse sentido.

1.2 O sistema regional de proteção europeu

O sistema regional europeu de proteção aos direitos fundamentais surgiu em novembro de 1950, quando representantes de treze Estados europeus, com o designio de tomar medidas a assegurar a garantia coletiva de alguns dos direitos previstos na Declaração Universal dos Direitos do Homem, firmaram a Convenção Européia para a Proteção dos Direitos e Liberdades Fundamentais. A Convenção contém sessenta e seis artigos, dos quais os dezoito primeiros prescrevem direitos substanciais, de primeira e terceira geração, e os demais um sistema jurisdicional de proteção aos seus enunciados¹⁸.

¹⁶ A Ásia e o Pacífico formam a única região geográfica definida pelas Nações Unidas sem sistema próprio de proteção aos direitos fundamentais. Uma razão para isso é, inegavelmente, o fato de que não existe um agrupamento político regional, o que, em outras regiões, tem dado o impeto para a criação e supervisão de um sistema de proteção. José Carlos Vieira de Andrade, ob. cit., p. 26-27, leciona que o motivo de os países asiáticos não elaborarem um documento internacional é a falta de unidade regional, seja pela diversidade de tradições religiosas e culturais, seja pelas diferenças de desenvolvimento econômico e de regime político que se traduzem em formas dispares de entendimento da questão. A ONU tem se esforçado no sentido de encorajar o desenvolvimento de um acordo regional nessa região. É improvável, todavia, que tais esforços produzam frutos, ao menos em um futuro previsível. Especialistas internacionais têm defendido acordos sub-regionais, os quais seriam mais realistas. Sobre a proteção dos direitos fundamentais na Ásia, vide Cristina Gomes da Silva, *Perspectivas asiáticas dos direitos humanos*, in *Perspectivas do Direito*, Macau, nº 8, 2000, p. 109 e ss.

¹⁷ Além da Convenção Européia para a Proteção dos Direitos do Homem (1950) e da Carta Social Européia (1961), merecem destaque a Carta Comunitária dos Direitos Sociais Fundamentais dos Trabalhadores, de 1989, e, em 2001, já no contexto da União, a Carta dos Direitos Fundamentais da União Européia. José Carlos Vieira de Andrade, ob. cit., p. 43, argumenta que esta, seja ou não formalmente integradas nos Tratados, constituirá um nível "constitucional" de direitos fundamentais aplicáveis nas relações jurídicas comunitárias no âmbito da União Européia, servindo como parâmetro de validade e critério de interpretação de todo o direito comunitário. Sobre o papel do Tribunal de Justiça europeu na proteção dos direitos fundamentais, vide Joel Rideau e Louis Dubouis, in *Tribunales constitucionales europeos y derechos fundamentales*. Madrid: Centro de Estudios Constitucionales, 1984.

¹⁸ Aberta à assinatura em Roma em 04 de novembro de 1950, a Convenção Européia para a Proteção dos Direitos e Liberdades Fundamentais entrou em vigor em 03 de setembro de 1953, tendo sido gradualmente complementada por doze Protocolos. Em síntese, os Protocolos nºs 1, 4, 6 e 7 acrescentaram à Convenção direitos e liberdades; o Protocolo nº 2 conferiu à Corte Européia de Direitos do Homem o poder de emitir pareceres consultivos; o Protocolo nº 9 abriu aos requerentes individuais a possibilidade de transmitirem os casos ao Tribunal, sob reserva da ratificação do Estado requerido e da aceitação da transmissão por um comitê de filtragem; o Protocolo nº 11 reestruturou o mecanismo de controle, conforme se verá a seguir; enquanto os Protocolos nºs 3, 5, 8 e 10 cuidaram da organização das instituições criadas pela Convenção e de aspectos processuais. A Convenção também foi complementada, em 1961, pela Carta Social Européia, que disciplina os ditos direitos de segunda geração. Cf. Castán Tobeñas, ob. cit., p. 118 18, "*como complemento de la Tabla de derechos enunciada en esta Convención y que contiene tan sólo los derechos ciudadanos básicos, es propio Consejo de Europa, después de una larga preparación y con la colaboración de la Oficina Internacional del Trabajo, ha dado cima a la redacción de la Carta Social Europea, comprensiva de los derechos económicos y sociales. La Carta Social no se ocupa tan sólo de la protección de los trabajadores, sino que comprende, además, la protección del niño, de la mujer casada y de la familia, y enuncia el derecho del ser humano a la protección de la salud y a la asistencia social y médica*".

Sem o intento de menoscar os postulados relativos aos preceitos substanciais, o grande valor ostentado pelo sistema europeu de proteção aos direitos fundamentais foi nomeadamente a criação de órgãos contendo jurisdição para decidir acerca da aplicação e interpretação de sua Convenção, nomeadamente a Comissão Européia de Direitos do Homem, o Comitê de Ministros do Conselho da Europa e a Corte Européia de Direitos do Homem - este, por sua natureza, o único autenticamente judicial¹⁹.

Esses órgãos exerciam as funções de interpretação e aplicação da Convenção Européia para a Proteção dos Direitos e Liberdades Fundamentais aos casos concretos, independentemente de autorização dada pelos Estados envolvidos para que se conhecesse das lides, sendo-lhes as decisões definitivas e obrigatórias²⁰. O sistema regional europeu também foi pioneiro em conferir ao cidadão o *status* de sujeito de direito internacional, possibilitando-lhe ajuizar, individual ou coletivamente, assim como mediante organizações não-governamentais, petições contra os Estados signatários para denunciar violações aos direitos previstos na Convenção²¹.

Em razão do desmedido incremento de casos levados aos órgãos da Convenção, fez-se necessário reformar o mecanismo de controle do sistema. Ante a entrada em vigor do Protocolo nº 11, em 1 de novembro de 1998, instituiu-se uma nova Corte Européia de Direitos do Homem — um tribunal único e permanente para substituir o sistema de dupla instância entre a Comissão e a Corte²². O escopo perseguido — e, importa frisar, alcançado — era o de diminuir a duração dos processos e reforçar o caráter judicial do sistema, tornando-o completamente obrigatório e

¹⁹ Robert ALEXY. *Teoría de los derechos fundamentales*. Madrid: Centro de Estudios Constitucionales, 1997, p. 21, acentua que, quando se trata de um catálogo escrito de direitos fundamentais, o problema jurídico é o da interpretação de formulações do direito positivo dotadas de autoridade. A polémica acerca dos direitos fundamentais adquire um novo caráter em virtude de sua positivação, apresentando-se imprescindível, com efeito, um controle judicial a fim de garantir-se sua eficácia.

²⁰ Sobre a não-aceitação do argumento do domínio reservado como objeção à competência da Corte, vide Antônio Augusto Cançado Trindade, O domínio reservado dos Estados na prática das Nações Unidas e organizações regionais, *in* ob. cit., p. 411-476.

²¹ Consoante os dados estatísticos da própria Corte Européia de Direitos do Homem, mencionados em seu site — <<http://www.echr.coe.int/fr/fdocs/historique.html>> —, “*alors qu’ elle avait enregistré 404 affaires en 1981, la Commission en enregistre 2 037 en 1993 et 4 750 en 1997. Par ailleurs, le nombre de dossiers non enregistrés ou provisoires ou tverts par elle au cours de cette même année 1997 avait grimpé à plus de 12 000. Les chiffres pour la Cour reflétaient une situation analogue: 7 affaires déferées en 1981, 52 en 1993 et 119 en 1997*”.

²² Nos termos da Convenção firmada em 1950, os Estados contratantes e os requerentes individuais, no caso dos Estados que reconheciam o direito de recurso individual, podiam apresentar na Comissão queixas dirigidas contra os Estados contratantes, por violação dos direitos garantidos pela Convenção. As queixas eram examinadas preliminarmente pela Comissão, que decidia acerca da sua admissibilidade. Existia uma tentativa de conciliação nas queixas declaradas admissíveis, sendo que, caso falhasse, a Comissão redigia um relatório estabelecendo os fatos e formulando um parecer sobre o mérito da causa. Este relatório era transmitido ao Comitê de Ministros. Na hipótese de o Estado requerido aceitar a jurisdição obrigatória do Tribunal, a Comissão e qualquer Estado contratante dispunham de um prazo de três meses, a contar da transmissão do relatório ao Comitê de Ministros, para enviar o caso ao Tribunal, que proferia então uma decisão definitiva e vinculativa. No caso de a queixa não ser transmitida ao Tribunal, incumbia ao Comitê de Ministros decidir se existia ou não uma violação da Convenção e arbitrar, eventualmente, uma reparação razoável à vítima. O Comitê de Ministros ainda era responsável pela vigilância da execução dos acórdãos do Tribunal. Para apreender as decisões, vide o site <<http://www.edvz.sbg.ac.at/var/docs/egmr/echrhome.htm>>, vistas à conciliação das partes. No prazo de três meses a contar da data de prolação do acórdão de uma

abolindo os poderes de decisão do Comitê de Ministros²³.

Ainda antes dessa acentuada reforma, os Estados que firmaram a Convenção Européia para a Proteção dos Direitos e Liberdades Fundamentais se obrigaram não tão-somente a adequar suas leis e práticas administrativas e judiciais às disposições da Convenção, senão também a se submeter ao controle internacional, sujeitando-se à jurisdição da Comissão e da Corte Européia de Direitos do Homem, bem como do Comitê de Ministros do Conselho Europeu, o que ia terminantemente de encontro a sistemas que não admitiam o controle judicial de ato administrativo e mormente de lei, tal como o sistema inglês²⁴.

2 A MITIGAÇÃO DA *GRUNDNORM* NA INGLATERRA

Se por um lado as experiências tidas com a II Guerra Mundial e governos totalitários serviram de impulso para a consagração dos direitos fundamentais em

²³ Conforme a página oficial da Corte Européia de Direitos Humanos na Internet — <<http://www.echr.coe.int>> este novo Tribunal começou a funcionar em 1 de novembro de 1998, data da entrada em vigor do Protocolo nº 11. Desde então, qualquer Estado contratante — queixa estadual — ou qualquer particular que se considere vítima de uma violação da Convenção — queixa individual — pode dirigir diretamente ao Tribunal uma queixa alegando violação por um Estado contratante de um dos direitos garantidos pela Convenção. Cada queixa individual é atribuída a uma câmara, cujo presidente designa um relator. Após um exame preliminar da queixa, o relator decide se tal queixa deverá ser submetida a um comitê de três juízes ou uma Seção, que pode declarar, por unanimidade, uma queixa inadmissível ou arquivá-la. Além dos casos que lhe são diretamente atribuídos pelos relatores, as seções também examinam as queixas que não tenham sido declaradas inadmissíveis pelos referidos comitês de três juízes, bem como as queixas estaduais. As seções pronunciam-se sobre a admissibilidade e o mérito das queixas, em geral por meio de decisões distintas; eventualmente, por decisão única. As seções podem, a todo o tempo, decidir enviar uma queixa ao Tribunal Pleno se um caso levantar uma questão grave relativa à interpretação da Convenção ou quando a solução de uma questão possa conduzir a uma contradição com um acórdão anteriormente pronunciado pelo Tribunal, a menos que uma das partes a tal se oponha. As decisões da Seção sobre a admissibilidade são tomadas por maioria, motivadas e públicas. Quando a Seção decide admitir uma queixa, pode convidar as partes a apresentar provas suplementares e observações por escrito, incluindo, no que diz respeito ao queixoso, um eventual pedido de reparação razoável e a participar de audiência pública sobre o mérito do caso. O presidente da Seção pode, no interesse da boa administração da justiça, convidar ou autorizar qualquer Estado contratante que não seja parte no processo, ou qualquer outra pessoa interessada, a apresentar observações escritas ou, em circunstâncias excepcionais, a participar de audiência. Um Estado contratante do qual o queixoso seja nacional tem o direito de intervir no processo. Durante o processo relativo ao mérito, podem existir negociações conduzidas por intermédio do secretário, com vistas à conciliação das partes. No prazo de três meses a contar da data de prolação do acórdão de uma Seção, as partes podem pedir que o caso seja enviado ao Tribunal Pleno, caso estejam em causa questões graves relativas à interpretação ou à aplicação da Convenção ou de seus Protocolos, ou uma questão grave de caráter geral. O acórdão da Seção torna-se definitivo no prazo de três meses a contar da data de sua prolação, ou antes disso, se as partes declaram não ser sua intenção solicitar a devolução do caso ao Tribunal Pleno ou, enfim, se o coletivo de cinco juízes rejeitar o pedido de devolução. O Comitê de Ministros do Conselho da Europa é o responsável pela vigilância da execução dos acórdãos. Incumbe-lhe assim verificar se os Estados, relativamente aos quais foi dito pelo Tribunal terem violado a Convenção, tomaram as medidas necessárias para se conformarem às obrigações específicas ou gerais que resultam dos acórdãos do Tribunal.

²⁴ Força destacar que, a teor da teoria clássica, a lei seria uma fonte secundária do direito inglês, pela qual não se deve procurar nesta os princípios do direito, mas somente soluções que precisem ou retifiquem os princípios estabelecidos na jurisprudência. Não mais é assim. Hoje, a lei desempenha na Inglaterra uma função que não é inferior à da jurisprudência. Todavia, sublinha René David, *Les grands systèmes de droit contemporain*. Paris: Dalloz, 1982, p. 391, “*le droit anglais demeure néanmoins, dans les circonstances actuelles, un droit de type essentiellement jurisprudentiel, pour deux raisons: la jurisprudence continue à en guider le développement dans certains secteurs demeurent fort importants, et d’autre part, habitués à des siècles de règne de la jurisprudence, les juristes anglais n’ont pas réussi, jusqu’à présent, à s’affranchir de leur tradition. Par eux il n’existe de règle de droit véritable que vue à travers les faits d’une espèce, et réduite à la portée nécessaire pour trancher un litige*”. Sobre o assunto, vide ainda Antônio Felipe A. GALLO, A lei como fonte principal do direito inglês, *Revista dos Tribunais*, São Paulo, v. 673, p. 3 31-34, 1991.

sua perspectiva universalista, prestaram, de outro, para o advento da dita *justiça constitucional*²⁵. Nessa onda de circunscrever o poder político, transformaram-se as normas constitucionais, as instituições e os processos, afigurando-se certamente como importante meio para alcançar esse desiderato a revisão judicial de constitucionalidade de ato administrativo e, em especial, de legislação²⁶.

Ao contrário da grande maioria dos países europeus, a Inglaterra tem sido relutante em participar dessa *revolução constitucional*²⁷. Neste país, o princípio da supremacia parlamentar²⁸, que tem como corolário a incapacidade do órgão judicial para controlar a validade de lei, se enraizou há muito como um verdadeiro credo político, de tal modo que o Parlamento, como incorporação da vontade democrática, tem-se mostrado praticamente imune ao controle judicial (item i).

Contudo, em face de consecratórios no plano do direito internacional, esse princípio basilar da ordem institucional inglesa não é mais absoluto. Ainda antes de o Reino Unido tornar-se membro pleno da então Comunidade Européia, a supremacia parlamentar padecia temperamentos, para aceitar um controle judicial de sua legislação pela Comissão e, máxime, pela Corte Européia de Direitos do Homem (item II).

²⁵ Embora já existissem em muitos países constituições e direitos fundamentais, até sobrevir a II Guerra Mundial seus significados tendiam a ser compreendidos mais como meras declarações político-filosóficas do que como atos legalmente obrigatórios. Cf. Mauro Cappelletti, *Repudiating Montesquieu? The expansion and legitimacy of "constitutional justice"*, in *Revista de la Facultad de Derecho de México*, México, tomo XXXVI, p. 29, 1986, a revolução constitucional só ocorreu na Europa em razão do entendimento de que necessitavam as Constituições e os direitos fundamentais de um aparato judiciário para que se tornassem efetivos.

²⁶ Ante a inclusão dos direitos fundamentais nas Constituições, estendendo, assim, a proteção constitucional aos indivíduos em face do poder governamental, imprescindível era tornarem-se efetivas as Constituições e os direitos fundamentais nelas previstas, via controle judicial. Eduardo García de Enterría, *La Constitución como norma y el Tribunal Constitucional*. Madrid: Civitas, 1994, p. 31 84-191, aduz que tribunal constitucional é insubstituível para tutelar-se os direitos e liberdades fundamentais. Segundo ele, *"la libertad y los derechos fundamentales intentan definir un límite al poder, por de pronto, y en este sentido consagran un verdadero ius resistendi. Si la Constitución los consagra, es obvio que una mayoría parlamentaria ocasional que los desconozca o los infrinja, lejos de estas legitimada para ello por el argumento mayoritario, estará revelando su abuso de poder, su posible intento de postración o de exclusión de la minoría. La función protectora del Tribunal Constitucional frente a este abuso, anulando los actos legislativos atentatorios de la libertad de todos o de algunos ciudadanos, es el único instrumento eficaz frente a ese atentado; no hay alternativa posible si se pretende una garantía efectiva de la libertad, que haga de ella algo más que simple retórica del documento constitucional"* (p. 190).

²⁷ Como assevera Fernando José Bronze, "Continentalização" do direito inglês ou "insularização" do direito continental?, *Boletim da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra*, Coimbra, suplemento XXII, p. 1-234, 1975, p. 124, é conhecida a singularidade da história sociopolítica e jurídica da Inglaterra e a enorme influência que esse fator desempenhou na emergência e modelação de um direito diferente do continental e justamente caracterizado, na metáfora utilizada por Galsworthy, *apud* Max Rheinstein, *Einführung in die Rechtsvergleichung*, München, Verlag C. H. Beck, 1974, *"by its smell of fine old cheese"*, Sobre a história do direito inglês e sua importância, vide ainda René David, *ob. cit.*, p. 3317-339.

²⁸ Cf. Albert Venn DICEY, *Law of the Constitution*. 9. ed. London: Macmillan, 1939, p. 39-40, *the principle of Parliamentary sovereignty means neither more nor less than this, namely, that Parliament thus defined has, under the English constitution, the right to make or unmake any law whatever; and, further, that no person or body is recognised by the law of England as having a right to override or set aside the legislation of Parliament"*. Herbert HART, *The concept of law*. Oxford: Clarendon, 1972, p. 215-221, refere que é possível imaginar diferentes formas de autoridade internacional e, correspondentemente, muitas diferentes limitações sobre a independência dos Estados. Assevera ele que *the possibilities include, among many others, a world legislature on the model of the British Parliament, possessing legally unlimited powers to regulate the internal and external affairs of all; a federal legislature on the model of Congress, with legal competence only over specified matters or one limited by guarantees of specific rights of the constituent units"*.

2.1 O princípio da supremacia do Parlamento

Na Inglaterra, desde a Revolução Gloriosa se firmou de uma maneira bastante enfática a absoluta supremacia do Parlamento — a *Grundnorm* da Constituição não-escrita —, a qual, como enuncia conhecido provérbio inglês, “*can do everything but make a woman a man, and man a woman*”²⁹. Em um país em que a tradição e o espírito democrático são uma poderosa realidade, o Parlamento não encontra, a rigor, outros limites à sua onipotência que não seja o controle exercido pela opinião pública.³⁰

Se o modelo francês de preterição do Poder Judiciário encontra em Montesquieu seu mais autorizado teórico, John Locke é visto como tendo desempenhado papel semelhante na Inglaterra. Malgrado seja frequentemente acionado à doutrina da separação dos poderes, Locke não depreendia o Judiciário como um poder separado³¹. Na sua visão, havia dois poderes *derivados* ou *inferiores*, o Executivo e o Federativo³², constituindo o Legislativo um poder supremo³³.

Locke concebia o Judiciário como um mero aplicador competente e privilegiado dos naturais limites legais da vontade legislativa. A sua doutrina repercutiu fortemente em William Blackstone. Este renomeado publicista inglês considerava o poder do Parlamento absoluto e cabalmente fora de controle. Para ele, a idéia da revisão judicial seria o equivalente a ter o Judiciário acima do Poder Legislativo — o

²⁹ Em síntese, apenas o Parlamento, i. é., o monarca, a Câmara dos Lordes e a Câmara dos Comuns, tem o poder de decretar, rejeitar ou emendar qualquer lei. Ao Judiciário não cabe questionar a validade da lei, tão-só interpretá-la.

³⁰ Cf. Renè David, ob. cit., p. 388-389. Importa lembrar que não existe na Inglaterra Constituição escrita; o que se convencionou chamar de Constituição na verdade é um conjunto de regras de ordem legislativa ou, na maioria das vezes, jurisprudencial, que garantem as liberdades fundamentais e que concorrem para limitar o arbítrio das autoridades. Sobre as diferenças entre os sistemas da *common law* do direito inglês e o da *civil law* do direito continental europeu, bem como a sua convergência, vide Fernando José Bronze, ob. cit., p. 124-234.

³¹ Montesquieu, diferentemente de Locke, tinha o Judiciário como um dos três poderes, juntamente com o Legislativo e Executivo. Não obstante, considerava-o em certo sentido nulo, subjugando-o a desempenhar uma tarefa meramente mecânica de aplicação da lei aos casos concretos. Sobre a teoria da separação dos poderes formulada por Montesquieu, vide o Livro XI de *L'Esprit des Lois*. Oportuno lembrar a observação de Mauro Cappelletti, ob. cit., p. 52, no sentido de que “*unlike France, judicial review of administrative action has never encountered serious obstacles in Great Britain. The doctrine of separation of powers was never fully adopted in England in its 'French version', that is in the version which implied the prohibition of any 'interference' by the courts even with the administrative, not only with the legislative, branch*”.

³² Cf. John Locke, *Two treatises of government*. Cambridge: Cambridge University, 1988, p. 364-366.

³³ John Locke, ob. cit., p. 367-368, in ali Cases, whilst the Government subsists. the Legislative is the Supream Power. For what can give Laws to another, must needs be superiour to him: and since the Legislative is no otherwise Legislative of the Society, but by the right it has to make Laws for all the parts and for every Member of the Society, prescribing Rules to their actions, and giving power of Execution, where they are transgressed, the Legislative must needs be the Supream, and all other Powers in any Members or parts of the Society, derived from and subordinate to it “.

que constituiria a subversão de todo o governo³⁴.

Qualquer que tenha sido a real influência da doutrina de John Locke na Revolução Gloriosa³⁵, pela qual se pôs fim à monarquia absolutista, o fato é que se tomou o âmago de sua ideologia. E não se trata de história passada. Desde a Revolução até hoje, a *Supremacy Parliamentary* permanece como o princípio mais importante do direito constitucional inglês, conquanto relativizado em certa medida, em face de conseqüências na seara do direito internacional. .

2.2 A influência da justiça transnacional de Estrasburgo

Desde que o Reino Unido tomou-se membro pleno da então Comunidade Européia em 1973, tornou-se patente que o princípio da supremacia do Parlamento inglês não mais prevalecia inteiramente. Diante do primado da norma comunitária sobre a norma nacional e a existência um sistema de garantia judicial para as hipóteses em que é contestado o direito comunitário ou necessário fazê-lo respeitar, o Tribunal de Justiça — instituição judicial da Comunidade — passou inevitavelmente a realizar

³⁴ Para William Blackstone (1723-1780), por menos razoável que fosse uma lei parlamentar, era defeso ao órgão judicial afastá-la. Na clássica passagem inserta em sua obra *Commentaries of the Law in England*, p. 160-161, Blackstone imprime toda sua consideração em relação ao poder do Parlamento: *"the power and jurisdiction of Parliament, says Sir Edward Coke, is so transcendent and absolute, that it cannot be confined, either for causes or persons, within any bounds. And of this high court, he adds, it may be truly said, 'Si antiquitatem spectes, est vetustissima; si dignitatem, est honoratissima; si jurisdictionem, est capacissima.' It hath sovereign and uncontrollable authority in the making, confirming, enlarging, restraining, abrogating, repealing, reviving, and expounding of law, concerning matters of all possible denominations, ecclesiastical or temporal, civil, military, maritime, or criminal: this being the place where thmat absolute despotic power, which must in all governments reside som ewhere, is entrusted by the constitution of thmese kingdoms. All mischiefs and grievances, operations and remedies, thmat transcend time ordinary course of time laws, ae within time reachm of this extraordinary tribunal. It can regulate ar new-model time succession to time Crown; as was done in the reign of Henry VIII and William III It can alter time established religion of time land; as was done in a variety of instances, in time reigns of king Henry VIII and his three children. It can change and create afresh evemm time constitution of the kingdom ammd of parliaments thmeselves; as was dorme by time act of union, and time several statutes for triennial and septennial elections. It can, in short, do everything that is not naturally impossible; and therefore some have not scrupled to call its power, by a figure rather too bold, time omnipotence of Parliament. True it is; that what time Parliament doth, no authority upon earth can undo. So that it is a matter most essential to time liberties of kingdom, that such members be delegated to this important trust, as are most eminent for their probity, their fortitude, and their knowledge; for it was a know apophthegm of the great lord treasure Burleigh, 'that England could never be ruined but by a Parliament': and, as Sir Matthew Hale observes, this being the highest and greatest court over which none other can have jurisdiction in time kingdom, mf by any means a misgovernment should any way fall upon it, time subjects of this kingdom are left without all manner of remedy. To time sarne purpose time president Montesquieu, though I trust too hastily, presages: that as Rome, Sparta, and Carthage have lost their liberty and perished, so time constitution of England will in time lose its liberty, will perish: it will perish whenever time legislative power shall become more corrupt than the executive ", apud A. V. Dicey, ob. cit., p. 41-42*

³⁵ Eduardo García de Enterría, Problemas del derecho público al comienzo de sigla. Madrid: Civitas, 2001, p. 108-109, "Locke mismo y sus ideas son producto de ese pacto final de paz y libertad; es sabido que tuvo que vivir siete años en Holanda en eh exilio por la guerra civil, exilio dei que volverá con el nuevo Rey Guillermo de Orange, el que corona precisamente la Revolución de 1688; Locke pasa a ser así e el intérprete oficial de esa Revolución, la primeira llamada así en la historia. Su Second Treatise of Government es la interpretación final de la Revolución".

um controle da norma nacional inglesa³⁶.

Em realidade, ainda antes de o Reino Unido tomar-se membro da Comunidade Européia, desde 1966, quando aceitou a cláusula opcional constante no art. 25 da Convenção Européia para a Proteção dos Direitos e Liberdades Fundamentais — por que se estendeu a todos cidadãos, após exaurirem as respectiva justças nacionais, o direito de postularem suas reivindicações perante o sistema jurisdicional da Convenção em Estrasburgo, contra ato, administrativo ou legislativo, violador dos direitos protegidos neste Tratado — não mais subsistia de modo absoluto o princípio da supremacia do *British Parliament*³⁷.

Portanto, foi justamente em face da consagração dos direitos fundamentais em sua perspectiva internacionalista, e da necessidade de ter-se um controle judiciário como instrumento de proteção dos direitos fundamentais, que se iniciou a mitigação da supremacia do *Act of Parliament*. Conquanto ainda inexistente um controle de constitucionalidade, trata-se de uma importante forma de revisão judicial de legislação que penetrou pelos estuários e rios da Inglaterra³⁸.

Hoje em dia, é forçoso reconhecer que os direitos fundamentais internacionais — ao menos os previstos na Convenção Européia para Proteção dos Direitos e Liberdades Fundamentais e em outros Tratados ratificados pelo Reino Unido — integram o direito inglês. Há, pois, um sistema de recepção plena do direito internacional geral e convencional, vigorando este automaticamente na ordem interna britânica, razão pela qual devem os seus órgãos aplicadores do direito conhecê-lo e aplicá-lo devidamente.

Passados mais de trinta anos, a experiência granjeada está a demonstrar que a mitigação do preceito basilar da ordem institucional inglesa auferiu um efeito

³⁶ A grande inovação da Comunidade em relação aos anteriores projetos de unificação da Europa, como ela própria reconhece — vide o *site* da União Européia: <<http://curia.eu.int/pt/pres/jeu.htm>> —, reside no fato de que se utilizou para esse fim exclusivamente o *poder do direito*. O direito comunitário tem por característica autonomia e uniformidade para todos os países membros, distinção e superioridade em relação ao direito nacional, sendo uma parte significativa das normas diretamente aplicável em todos os Estados-Membros. É necessário sublinhar que os princípios fundamentais de proteção das pessoas têm merecido consideração na jurisprudência do Tribunal de Justiça Europeu. Desde os acórdãos de *Stauder*, de 1969, e *Internationale Handelsgesellschaft*, de 1970, a Corte preocupou-se em salvaguardar os direitos fundamentais, declarando que estes constituem princípios gerais do direito e que aplicáveis no âmbito do direito comunitário. Flávia PIOVESAN, Globalização econômica, integração regional e direitos humanos, *in* oh. cit., p. 39-77, anota que a Carta dos Direitos Fundamentais da União Européia estabelece, ao contemplar direitos correspondentes aos garantidos na Convenção Européia, que o significado e alcance dos direitos que enuncia há de ser os mesmos conferidos nesta, o que não impede a existência de cláusulas mais protetivas e benéficas. Adiciona que nada do disposto na Carta poderá ser interpretado no sentido de restringir ou limitar os direitos humanos e as liberdades fundamentais já reconhecidos, incluindo os previstos na Convenção e nas Constituições dos respectivos Estados-membros.

³⁷ Antônio Augusto Cançado Trindade, *Las cláusulas...*, cit., p. 614-615, sustenta que a cristalização da personalidade e capacidade jurídica plena internacionais do ser humano constitui o maior legado da ciência jurídica do século XX. Argumenta que “*el derecho de petición es una cláusula petrea de los tratados de derechos humanos que lo consagran, — a ejemplo del artículo 25 de la Convención Europea y del artículo 44 de la Convención Americana, — sobre la cual se erige el mecanismo jurídico de la emancipación del ser humano vis-à-vis el próprio Estado para la protección de sus derechos en el ámbito del Derecho Internacional de los Derechos Humanos. Es por medio del ejercicio (del derecho de petición individual a la instancia judicial internacional de protección que se da expresión concreta al reconocimiento de que los derechos humanos a ser protegidos son inherentes al ser humano, no derivan del Estado, y tampoco pueden ser por este suprimidos*”.

³⁸ Cf. Mauro Cappelletti, *ob. cit.*, p. 55-56.

bastante positivo, a despeito de ter dado causa a melindres no Reino Unido. Cidadãos ingleses têm invariavelmente ajuizados demandas perante os órgãos judiciais de Estrasburgo, contra atos legais e administrativos nacionais. As sentenças de procedência proliferam, impondo condenações que — embora de encontro à tradição de desdenhar a revisão judicial da vontade legislativa preconizada por Locke e por Blackstone — conferem uma eficácia mais pródiga aos direitos fundamentais.

CONCLUSÃO

Somente com a experiência da II Guerra Mundial e dos regimes totalitários sentiu-se a necessidade de garantir certos direitos fundamentais no plano internacional, passando-se a desenvolver, em níveis global e regional, mecanismos jurídicos aptos a protegê-los. Bárbaro avanço nesse sentido, ressaltado o pioneirismo do sistema europeu, representou a instituição de justiças transnacionais, empregando-se o controle judicial como instrumento de proteção dos direitos fundamentais³⁹.

A nova cena mundial e a consagração da idéia de que a proteção de certos direitos fundamentais é questão de direito internacional acarretaram em fortes repercussões nos sistemas institucionais dos Estados⁴⁰. Na Inglaterra, ainda antes de o Reino Unido tornar-se membro pleno da então Comunidade Européia, o princípio da supremacia parlamentar padeceu temperamentos, aceitando a revisão judicial como instrumento de proteção dos direitos fundamentais, embora não sem algum ressentimento.

Como proficientemente assere Vieira de Andrade, os direitos fundamentais, na perspectiva de direitos naturais ou internacionais, assumem relevância nos ordenamentos jurídicos internos dos Estados. Há um princípio de valor que transcende a sua vontade política, de maneira que a aplicação e conhecimento dos preceitos relativos aos direitos fundamentais pressupõe uma autêntica dimensão extraconstitucional e transpositiva destes, que tem como centro de referência a

³⁹ Cumpre consignar que a criação de mecanismos judiciais internacionais para a proteção dos direitos fundamentais alteraram a antiga formulação do próprio direito de soberania. Sobre a crise da soberania em face dos direitos fundamentais, vide Oliveiros Litrento, ob. cit., p. 56-60. Mauro Cappelletti, *Giustizia...*, ob. cit., p. 31, espousa que *"la lezione cine gli straordinari sviluppi europei possono offrirci, può forse avere un significato anche ai di là dell'Europa. Quegli sviluppi ci insegnano infatti che e' oggi in un numero crescente di paesi un'esigenza, pressante e potente, per cui, bon gré mai gré, gli uomini e gli Stati sono indotti a muoversi verso un sistema di 'giustizia superiore', non soltanto all'interno dei singoli paesi — onde si hanno le varie forme di giustizia costituzionale — nua altresì a livello transnazionale"*.

⁴⁰ Norberto BOBBIO, ob. cit., p. 41, ressalta que não há dúvida de que os cidadãos que têm mais necessidade de proteção internacional são os dos "Estados não de direito", ou seja, onde não funciona regularmente um sistema de garantias dos direitos do homem. Mas tais Estados são, precisamente, os menos inclinados a aceitar as transformações da comunidade internacional que deveriam abrir caminho para a instituição e o bom funcionamento de uma plena proteção jurídica dos direitos do homem.

dignidade da pessoa humana⁴¹.

E nesse sentido, toca ao Poder Judiciário um valioso papel. Mister que se viabilize, em todos os lugares do planeta, uma prestação jurisdicional ampliadora da eficácia dos direitos fundamentais, bem como um acesso célere e justo, concretizando-se verdadeiro princípio estruturante do Estado de Direito. O respeito universal da dignidade, da igualdade e dos direitos de cada indivíduo constitui o fundamento da paz, da liberdade e da justiça do mundo — ideal que jamais podemos deixar de perquirir⁴².

FONTE BIBLIOGRÁFICA

ALEXY, Robert. Colisão de direitos fundamentais e realização de direitos no Estado de direito democrático. *Revista de Direito Administrativo*, Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, v. 217, p. 67-79, 1999.

_____. Direitos fundamentais tais no Estado Constitucional Democrático. Traduzido por Luís Afonso Heck. *Revista da Faculdade de Direito da UFRGS*, Porto Alegre, v. 16, p. 203-214, 1999.

_____. *Teoría de los derechos fundamentales*. Traduzido por Ernesto Garzón Valdés. Madri: Centro de Estudios Constitucionales, 1997.

ANDRADE, José Carlos Vieira de. *Os Direitos Fundamentais na Constituição Portuguesa de 1976*. 2. ed. Coimbra: Almedina, 2001.

BOBBIO, Norberto. *A Era dos Direitos*. Traduzido por Carlos Nelson Coutinho. 9. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1992.

_____. *A Teoria das Formas de Governo*. Traduzido por Sérgio Bath. 4. ed. Brasília: Universidade de Brasília, 1985.

BONAVIDES, Paulo. A nova universalidade dos direitos fundamentais. *Nomos*: Revista do Curso de Mestrado de Direito da UFC. Fortaleza, v. 01/10, n. 1/12, p. 01-13, 1990.

⁴¹ Cf. José Carlos Vieira de Andrade, ob. cit., p. 35-47. Paulo Bonavides, A nova universalidade dos direitos fundamentais, *Nomos*, Fortaleza, p. 01-13, v. 01/10, n.º 1/12, 1990, apoiando-se no culturalismo de Miguel Reale, preceitua que a *nova universalidade* — como sói denominar a reedição da universalidade dos direitos fundamentais pós-guerra — procura subjetivar de forma concreta e positiva os direitos da triplice geração na titularidade de um indivíduo que antes de ser homem deste ou daquele país, de uma sociedade desenvolvida ou subdesenvolvida, é pela sua condição de pessoa um ente qualificado por sua pertinência ao gênero humano, objeto daquela universalidade.

⁴² Last but not least, importa lembrar BOBBIO, ibidem, p. 63-64, “poder-se-iam multiplicar os exemplos de contraste entre as declarações solenes e sua consecução, entre a grandiosidade das promessas e a miséria das alegações. Já que interpretei a amplitude que assumiu atualmente o debate sobre os direitos do homem como um sinal do progresso moral da humanidade, não será inoportuno repetir que esse crescimento moral não se mesura pelas palavras, mas pelos fatos. De boas intenções, o inferno está cheio”.

_____. *Curso de Direito Constitucional*. 7. ed. São Paulo: Malheiros, 1997.

BOUCAULT, Carlos Eduardo de Abreu; ARAUJO, Nadia de (org.). *Os Direitos Humanos e o Direito Internacional*. Rio de Janeiro: Renovar, 1999.

BRONZE, Fernando José. "Continentalização" do direito inglês ou "insularização" do direito continental? *Boletim da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra*, Coimbra, suplemento XXII, p. 01-233, 1975.

CANOTILHO, José Joaquim Gomes. *Direito Constitucional e Teoria da Constituição*. 2. ed. Coimbra: Almedina, 1998.

CAPPELLETTI, Mauro. Giustizia costituzionale sopranazionale: il controllo giudiziario delle leggi e la giurisdizione delle libertà a livello internazionale. *Rivista di Diritto Processuale Civile*, Padova, n. 1, p. 01-32, 1978.

_____. Repudiating Montesquieu? The expansion and legitimacy of "constitutional justice". *Revista de la Facultad de Derecho de México*, México, tomo XXXVI, p. 35-66, 1986.

CASTÁN TOBEÑAS, José. *Los Derechos del Hombre*. 2. ed. Madrid: Reus, 1976.

CASTILHO, Niceto Alcalá-Zamora y. *La Protección Procesal Internacional de los Derechos Humanos*. Madrid: Civitas, 1975.

CORTE Interamericana de Direitos Humanos. *Qué es la CIDH?* Disponível em: <<http://www.cidh.oas.org/que.htm>> Acesso em: 30 jun 2002.

_____. *Documentos básicos en materia de derechos humanos en el sistema interamericano*. Disponível em: <<http://www.cidh.org/basic.esp.htm>> Acesso em: 30 jun 2002.

CORTE Européia de Direitos do Homem. *Historique, organisation et procedure*. Disponível em: <<http://www.echr.coe.int/fr/fdocs/historique.html>> Acesso em: 30 jun 2002.

DAVID, Renè. *Les grands systèmes de droit contemporain*. 8. ed. Paris: Dalloz, 1982.

DICEY, Albert Venn. *Law of the Constitution*. 9. ed. London: Macmillan, 1939.

FAVOREU, Lois et al. *Tribunales constitucionales europeos y derechos*

fundamentales. Madri: Centro de Estudios Constitucionales, 1984.

FERREIRA FILHO, Manoel Gonçalves. *Direitos Humanos Fundamentais*. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2000.

FIORATI, Jete Jane. A evolução jurisprudencial dos sistemas regionais internacionais de proteção aos direitos humanos. *Revista de Informação Legislativa*, Brasília, n. 127, p. 177-190, 1995.

GALLO, Antônio Felipe. A lei como fonte principal do direito inglês. *Revista dos Tribunais*, São Paulo, v. 673, p. 31-34, 1991.

GARCÍA DE ENTERRÍA, Eduardo. *La Constitución como norma y el Tribunal Constitucional*. Madrid: Civitas, 1994.

_____. *Problemas del derecho público al comienzo de siglo*. Madrid: Civitas, 2001.

HART, Herbert Lionel Adolphus. *The concept of law*. Oxford: Clarendon, 1972.

LEWANDOWSKI, Enrique Ricardo. *Proteção dos Direitos Humanos na Ordem Interna e Internacional*. Rio de Janeiro: Forense, 1984.

LITRENTTO, Oliveiros Lessa. *O Problema Internacional dos Direitos Humanos*. Rio de Janeiro: Rio, 1973.

LLORENTE, Francisco Rubio. *Derechos fundamentales y principios constitucionales*. Barcelona: Ariel Derecho, 1995.

LOCKE, John. *Two treatises of government*. Cambridge: Cambridge University, 1988.

MIRANDA, Jorge. *Manual de Direito Constitucional*. Coimbra: Coimbra Editora, 1988. Tomo IV: Direitos Fundamentais.

MONTESQUIEU, Charles de Secondat, Baron de Brede e de. *Do Espírito das Leis*. São Paulo: Brasil, 1960.

PIOVESAN, Flávia Cristina (org.). *Direitos Humanos, Globalização Econômica e Integração Regional: desafios do direito constitucional internacional*. São Paulo: Max Limonad, 2002.

SANCTIS, Fausto Martins de. A Corte Europeia dos Direitos do Homem. *Revista Jurídica Consulex*, Brasília, n. 97, p. 62-63, 2001.

SARLET, Ingo Wolfgang. *A Eficácia dos Direitos Fundamentais*. 2. ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2001.

_____. (org.). *A Constituição Concretizada*. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2000.

TRINDADE, Antônio A. Cançado. *O Direito Internacional em um Mundo em Transformação*. Rio de Janeiro: Renovar, 2002.

SISTEMA Interamericano de Proteção dos Direitos Humanos. Disponível em: <<http://www.dhnet.org.br/index.htm>> Acesso em: 11 ago 2002.

UNIÃO EUROPÉIA. *Tribunal de Justiça e Tribunal de Primeira Instância*. Disponível em: <<http://curia.eu.int/pt/index.htm>> Acesso em: 01 jul 2002.

ZAGREBELSKY, Gustavo. *El derecho dúctil: ley, derechos, justicia*. Madrid: Trotta, 1995.